



# 2

**FRANCISCO DE OLIVEIRA**

---

**PARA ENTENDER A REVOLUÇÃO PERUANA:  
DO MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO À CRISE DE 1968\***



## 1. O SISTEMA DE PRODUÇÃO COLONIAL NO PERU

A inserção do espaço sócio-econômico do que viria a ser o Peru moderno, no sistema capitalista em expansão da Europa do século XVI, reveste uma peculiaridade que somente tem paralelo na América Latina com o caso do México. Evidentemente, as razões da similitude dos dois processos — guardadas algumas diferenças específicas — residem no fato de que em ambos os espaços sócio-econômicos assinalados, a penetração do capitalismo mercantil vai encontrar uma formação sócio-econômica já bastante diferenciada em termos da divisão social do trabalho, ao contrário do que ocorria com a penetração do capitalismo na maior parte do que viria a ser a América Latina. Tanto no caso peruano como no caso mexicano, o capitalismo, ao penetrar, encontra um sistema sócio-econômico relativamente diferenciado e articulado, a um nível em que uma instituição como o Estado já podia ser claramente reconhecida.

Essa diferença essencial vai marcar profundamente o desdobramento posterior da penetração do capitalismo no território do futuro Peru. Antes de aprofundarmos a exploração desse aspecto, convém estabelecer algumas características básicas da forma e do sentido que representam para o capitalismo em expansão, a apropriação dos espaços coloniais. Em geral, a formação das colônias representa, para o sistema capitalista em expansão, — na verdade apenas engatinhando em sua fase mercantil — a formação de espaços onde se gerava a “acumulação primitiva” do sistema, isto é, uma forma de apropriação de excedente que não implicava no estabelecimento de relações de produção de corte capitalístico. Assim, se em relação aos próprios espaços metropolitanos, a “acumulação primitiva” pode ter sido apenas uma fase “prévia”, em relação aos espaços não-metropolitanos, a “acumulação primitiva” representa um componente de tipo estrutural. Sinteticamente, a penetração do capitalismo nos espaços não-metropolitanos não tem por finalidade nem requer a destruição das relações preexistentes quaisquer que elas fossem, mas, não por paradoxo, ela precisamente sustenta, quando existem, ou cria, quando inexistem, relações de produção de corte não-capitalístico. A razão essencial para as diferenças entre os dois processos, consiste em que é a reprodução do capital o que está em jogo: enquanto nos espaços metropolitanos a transformação e a expansão do sistema requer a destruição das antigas relações de produção, essencialmente a criação do trabalho livre, porque sem isso não se dá a apropriação de mais-valia, nos espaços não-metropolitanos o processo é tão somente de apropriação de

excedente, que somente será transformado em capital nos espaços metropolitanos.

Em sua fase mercantil, o sistema capitalista em expansão funciona, dentro de certos espaços colonizados, quase como um esquema de exaustão, ou como um “modo de destruição ampliada”. A apropriação do excedente gerado nos espaços não-metropolitanos concentra-se sobre a busca de jazidas minerais — principalmente ouro e prata — ou de algumas matérias-primas de origem extrativa, como as especiarias, e sua forma quase fatal é o saque e a destruição dos recursos naturais e humanos. Este é certamente o caso do território do futuro Peru. Apenas em sua fase posterior, quando a indústria passa a ser o motor do desenvolvimento das forças produtivas, é que as relações dos países capitalistas centrais com os espaços não-metropolitanos assumem outras características, dando lugar à passagem para um esquema de reprodução simples. O sistema de produção colonial poderá tomar configurações distintas, dependendo de qual tenha sido a história anterior dos diversos espaços colonizados, sem perder suas características estruturais básicas, qual seja a de servir sempre como uma reserva de “acumulação originária” para o capitalismo europeu em expansão.

No amplo território do futuro Peru, o Estado Incaico, ele mesmo produto e sedimentação de uma longa evolução anterior, representava sem dúvida uma variante do “modo de produção asiático”. As linhas estruturais básicas da economia e sociedade incaicas dificilmente podem ser melhor descritas e compreendidas senão nos termos de que Marx se serviu para interpretar sociedades que não se enquadravam dentro dos moldes nem do modo de produção antigo, nem do feudalismo, nem do capitalismo, nem das sociedades puramente tribais. “El modo de producción asiático es un sistema en el cual aparece un poder estatal muy fuerte — político e económico — que se basa en la explotación generalizada de las comunidades aldeanas comprendidas en el territorio dominado por el Estado, explotación que se realiza por medio de la extracción de excedentes de la producción aldeana através del tributo en especie o en trabajo (raras veces en moneda). . .<sup>1</sup> Sua peculiar estrutura produtiva “basándose en la posesión colectiva del suelo, en una combinación directa de agricultura y trabajo manual y en una división fija del trabajo, que, al crear nuevas comunidades, servía de plano y de plan (. . .) La gran masa de los productos se destina a subvenir las necesidades directas de la colectividad, sin que adquieran carácter de mercancías (. . .) Sólo se convierte en mercancía el remanente de lo producido, y este cambio se opera ya, en parte, en manos del Estado, al que correspon-

de, desde tiempos inmemoriales, como renta en especie, una determinada cantidad de productos. (. . . . .) Al aumentar el censo de población, se crea una comunidad nueva y se asienta, calcada sobre la antigua, en tierras sin explotar. El mecanismo de estas comunidades obedece a una división del trabajo sujeta a un plan; en cambio, la división manufacturera es inconcebible en ellas, puesto que el mercado para el que trabajan el herrero, el carpintero, etc, es invariable, y a lo sumo, si la importancia numérica de la aldea lo exige, en vez de un herrero, un alfarero, etc., trabajan dos o tres. (. . .) La sencillez del organismo de producción de estas comunidades que, bastandose a si mismas, se reproducen constantemente en la misma forma”<sup>2</sup>.

É numa formação sócio-econômica desse tipo que o capitalismo mercantilista vai penetrar. Inclusive a aparência de riqueza dos Incas<sup>3</sup> reforça o mito do El-Dorado, orientando toda a estratégia da Conquista: o que parecia, aos olhos dos conquistadores, a materialização de antigas lendas, era, tão-somente, a forma do excedente de um sistema despótico não-mercantilista. Assim, a aparência das riquezas do futuro Peru casa-se admiravelmente bem com as necessidades de acumulação da fase mercantilista do sistema capitalista em expansão na Europa Ocidental. A extração e o saque das riquezas minerais do território colonizado vão alimentar as necessidades de moeda das economias metropolitanas. É neste sentido que se pode caracterizar a concreção do sistema de produção colonial no Peru como um “modo de destruição ampliada”. Enquanto transferia a riqueza para as regiões metropolitanas, no Peru o sistema de produção colonial esgotava os recursos naturais não-renováveis, como as jazidas de ouro e prata, e destruía a produção. Sugando mão-de-obra em escala crescente de suas antigas tarefas dentro do “modo de produção asiático” do Estado Incaico, a rapina da conquista desequilibrava estruturalmente a produção da sociedade incaica, que residia na combinação em proporções constantes do trabalho e da terra. Sem operar nenhuma substituição do trabalho por capital, já que seu projeto de reprodução era nas regiões metropolitanas, o saque que tem por objetivo inicial apenas os metais nobres, acaba por destruir sua própria base. Assiste-se, então, ao desmantelamento da produção agrícola do Estado Incaico, relativamente avançada para sua época em termos de adequação aos recursos naturais, à topografia, à escassez de água; o resultado combinado desse desmantelamento e da superexploração do trabalho da mão-de-obra indígena é a dizimação da população. Todos os estudos sobre o período são unânimes em apontar a mortandade desatada pela Conquista, que não pode ser atribuída apenas à crueldade dos conquistadores, pois isso soa a uma teoria racista ao reverso:

no fundo da questão, está o desmantelamento da estrutura de produção do “modo de produção asiático” da sociedade incaica e a adequação do tipo de recurso natural do Peru (metais nobres) para a fase mercantilista do capitalismo europeu em expansão.

Haver encontrado uma formação sócio-econômica relativamente diferenciada constitui, para a Conquista, um dos melhores achados. E que essa formação tivesse as características do “modo de produção asiático” dá ao saque uma potencialidade insuspeitada. O Estado espanhol substituirá o Estado Inca no topo da pirâmide das relações de produção e no controle das forças produtivas. Conforme Marx assinalou, “en la mayoría de las formas asiáticas fundamentales, la *unidad aglutinante* que se halla por encima de todas estas pequeñas comunidades aparezca como el *propietario superior* o el *único propietario* y las comunidades reales particulares, en que el individuo es, entonces, de hecho carente de propiedad o la propiedad — es decir, el comportamiento del individuo ante las condiciones *naturales* del trabajo y la reproducción como pertenecientes a él, como el cuerpo objetivo de su subjetividad, previamente encontrado como naturaleza inorgánica — aparece mediada para él por la cesión de la unidad total — que aparece realizada en el déspota como el padre de las muchas comunidades — (cedida) al individuo por mediación de la comuna particular. El producto excedente (. . .) pertenece, de este modo, por si mismo, a esta suprema unidad.”<sup>4</sup> O Estado espanhol irá ser a nova suprema unidade, ao qual pertence o excedente produzido. Por isso, a Conquista não destrói a forma de relacionamento social da sociedade pré-colombina, mantendo até certo ponto — até o ponto em que não constituíam obstáculo para o saque — a comunidade (o ayllu) e as mediações entre esta e o Estado. Mantém-se a comunidade e o direito de apropriar o excedente, que no novo sistema de produção tomarão as formas da “mita” e da “encomienda”; mantém-se a estratificação social mediadora, de que os “kuraka” são a instância mais alta de mediação entre a comunidade e o Estado. Uma estrutura social formada por essas diversas instâncias vai constituir o que Fernando Fuenzalida Vollmar chama de “estrutura arborescente”<sup>5</sup>: uma larga base, constituída pelas comunidades, que não se ligam entre si mas apenas com a instância que lhe é imediatamente superior, e assim por diante, afunilando-se até o topo da árvore, onde está o Estado. As diversas instâncias retiram seu poder justamente da incomunicabilidade entre os diferentes estratos de comunidade para comunidade, mantendo-se o isolamento entre elas e a necessidade de que as tensões, os conflitos, as reivindicações e as determinações percorram sempre um caminho que vai da base ao topo da árvore e vice-versa.

Num sistema desse tipo não há possibilidade de trocas, e portanto, do surgimento de um modo de produção de mercadorias.

O que resulta da interpenetração entre a Conquista e a sociedade incaica não é nem um capitalismo mercantil nem a permanência do “modo de produção asiático”; antes, ele é a concreção no espaço social peruano do que já se chamou um “sistema de produção colonial”. Não se trata, portanto, no caso, da preexistência de estruturas que são aproveitadas ou fecundadas por uma outra que vem de fora: antes, a persistência de traços — entre os quais ressalta a estratificação social “arborescente” — se dá apenas pela sua adequação aos propósitos de extorsão do excedente, e, de outro lado, a Conquista não implanta nesse espaço social o modo de produção da metrópole, embora os agentes sejam metropolitanos. A resultante, diga-se uma vez mais, é um sistema de produção cuja finalidade é arrancar o excedente e transferi-lo para a metrópole, sem nenhuma reinversão que levante o nível das forças produtivas, nem mesmo as mantenha em seu nível anterior, o que, nas circunstâncias especiais do Peru, termina por ser um “modo de destruição ampliada”: o esgotamento dos recursos naturais, o desmantelamento da agricultura pré-colombina, a dizimação da população.

Essa simbiose, aliás anotada já em outros espaços não-metropolitanos penetrados pelo capitalismo<sup>6</sup>, irá marcar profundamente a sociedade peruana em seus desdobramentos posteriores. À medida em que, para os interesses da metrópole, os agentes que representam o Estado no seu papel de “suprema unidade” devam ter presença local, produz-se uma substituição que chega até os limites da etnia: os “kuraka” são substituídos pelos fazendeiros e “encomenderos”, gestando-se a partir daí os fenômenos que vão marcar a sociedade rural peruana, de que o gamonalismo é sua marca registrada. Até mesmo a instituição da servidão, que irá dar ao gamonalismo a característica aparentemente feudal tão ressaltada em estudos sobre a estrutura agrária peruana — e ademais latino-americana — funda suas raízes numa prática pré-colombina: como assinala John V. Murra “el intento por “esconder” del censo a un determinado número de ciudadanos para provecho y poder personales, condujo, según la leyenda, a la creación de los servidores *yana*”<sup>7</sup>, isto é, indivíduos que não existiam para o Estado Incaico e de cuja produção nada cabia ao Estado, gerando por consequência um excedente que era inteiramente apropriado pelos “kuraka”. Sob o gamonalismo, a “yanaconaje” vai ser uma prática largamente utilizada, dando lugar às posteriores interpretações do caráter feudal do campo peruano.

O intento das linhas anteriores de reconstruir os traços principais da interpenetração entre o capitalismo mercantil europeu e o “modo de produção asiático” da sociedade inca, não tem por objetivo um exercício de erudição histórica que se esgote na própria reconstrução, mas procura sentar as bases para a compreensão do verdadeiro caráter do modo de produção que se implantou em espaços sócio-econômicos como o do Peru, superando assim a velha discussão sobre feudalismo ou não-feudalismo no Peru, discussão que revive na concepção dual-estruturalista da CEPAL sobre a oposição entre setores “atrasados” e “modernos”. É importante reter dessa discussão que para além de minha vontade beirou o problema metodológico, que o que se forma, no contacto entre dois modos de produção diferentes, é um terceiro que não reproduz nem a constância e proporcionalidade do “modo de produção asiático” nem introduz o desequilíbrio da reprodução ampliada próprio do capitalismo; enfatizando uma vez mais, o sistema de produção que se instaura no Peru colonial busca tão somente a extração de um excedente que se transfere para a metrópole, não reinvestindo portanto e não se ampliando, e daí não chegando a ser capitalismo, e, de outro lado, destruindo a constância e proporcionalidade dos fatores do “modo de produção asiático” pela exaustão dos recursos humanos e naturais e desmantelamento da estrutura produtiva de base agrícola sobretudo, com o que não se mantém como “asiático”. Ele é, essencialmente, um subsistema do capitalismo metropolitano, que cumpre para este a tarefa de produzir a acumulação originária.

## 2. DO SISTEMA DE PRODUÇÃO COLONIAL À SUBMISSÃO IMPERIALISTA: O “LIBERALISMO CRIOLLO”

Durante a dominação colonial, a base econômica principal do Peru permanecerá a exploração do ouro e da prata, nos vales da Serra, dentro do esquema geral descrito anteriormente. Sua base é a exploração do trabalho forçado das comunidades indígenas, mediante a utilização da “mita”.<sup>8</sup>

Nos meados do século XIX, a mudança nas relações entre os países capitalistas centrais determinará mudanças que vão repercutir nas colônias. A ascensão da Inglaterra, que se dava desbravando os novos caminhos do capitalismo industrial, superando a fase mercantilista, vai exigir não agora metais nobres, mas matérias-primas. Assim, de novo é uma mudança que se dá ao nível do modo de produção central que vai determinar a passagem do estatuto colonial ao capitalismo periférico. Essa mudança corresponde a uma nova modalidade

de inserção dos espaços não-metropolitanos na divisão internacional do trabalho, ditada pelas necessidades da expansão do sistema capitalista em sentido universal.

Aparentemente, produzir matérias-primas ao invés de produzir metais nobres não forçaria, necessariamente, mudanças na colônia, mesmo porque coincidem a natureza dos bens que vão ser extraídos do Peru: desta vez serão o guano e o salitre, destinados a alimentar a agricultura européia em ascensão, de adubos e fertilizantes, uma inovação tecnológica que iria pôr abaixo a previsão ricardiana dos rendimentos decrescentes, levando de cambulhada a demografia de Malthus. Sendo riquezas naturais o sistema de produção aparentemente poderia continuar sendo aquilo que chamamos de “modo de destruição ampliada”. Mas, há importantes diferenças que forçam a superação desse esquema de exaustão.

Em primeiro lugar, as reservas de guano e salitre *ainda que conhecidas e exploradas* pelos incas, serviam, apenas, para a reprodução típica do “modo de produção asiático”, com sua característica proporcionalidade entre terra e trabalho; não serviam para *substituir* o trabalho. Inexistiam, portanto, em relação aos novos produtos da nova exploração, *forças produtivas* suficientes para explorá-lo: ainda quando existisse mão-de-obra, não havia domínio de técnica capaz de tornar viável a exploração na nova escala requerida, o que significa dizer que o sistema de produção anterior não havia acumulado nenhuma parcela de “trabalho morto” adequado para a exploração dos minérios agora necessários para o capitalismo europeu. Esse fato, por si só, seria capaz de forçar a superação do “sistema de produção colonial”, dando lugar ao estabelecimento de novas relações de produção. É evidente que, por mais primitiva que viesse a ser a exploração do guano e do salitre, ela necessitava, justamente pela inexistência na escala requerida da experiência necessária para sua exploração, *alguma inversão de capital*, e essa necessidade é o fator fundamental para a mudança do sistema de produção.

A injeção de capital nos quadros da economia peruana de até então vai se dar sob condições muito específicas. Neste sentido, é preciso em primeiro lugar mudar as condições institucionais do sistema; é preciso, em outras palavras, fundar um Estado diferente. A fundação desse novo Estado é uma fundação *patrocinada* pelo capitalismo industrial em ascensão na Inglaterra: o Estado peruano independente vai tomar empréstimos à Inglaterra para repassá-los dentro do Peru, fundando os primórdios de uma burguesia nacional. Não há nenhuma contradição entre a aparência de precedência de fundação do *Estado* peruano em relação à emergência de uma *burguesia* perua-



na; esta contradição haveria se tomássemos o fenômeno ao *nível apenas do espaço sócio-econômico peruano, mas desaparece se olharmos o contexto das relações internacionais em que ele se fundamenta*. Coincide não por acaso a independência peruana, que se dá “atrasada” em comparação com a de outros países latino-americanos e que somente se consolida depois de um período muito grande de lutas, de avanços e recuos, que mostra apenas a força que tinham as classes dominantes no “sistema de produção colonial” e o empenho dos novos grupos sociais apoiados pela Inglaterra.

De outro lado, a burguesia peruana<sup>9</sup> emerge como a classe social mediadora entre as necessidades de matéria-prima do capitalismo europeu em ascensão e a existência desses recursos em solo peruano devido a que a localização geográfica das novas produções já não é mais a Serra, e sim o Litoral ou a Costa, como é mais comumente denominada no Peru. Aparentemente, é a geografia que vai determinar a emergência de um novo grupo social mediador, mas no fundo é a inexistência de instâncias mediadoras entre a mão-de-obra peruana e a implantação das novas atividades que vai dar lugar ao nascimento dessa nova classe social. De fato, as instituições da “mita” e da “encomienda”, que no “sistema de produção colonial” eram adequadas para permitir a superexploração do trabalho das comunidades indígenas da Serra, não podem ser transplantadas para a Costa simplesmente porque nesta *não existem ao mesmo nível de organização que naquela a comunidade indígena*: frise-se bem, não é que não existam populações indígenas na Costa, mas que, ao lado de sua rarefação (um dos paradoxos entre o Peru antigo e o Peru moderno é o deslocamento da alta densidade demográfica da Serra para a Costa) as comunidades da Costa não têm o nível de organização das da Serra. A burguesia local surge, assim, como a classe social que vai realizar a passagem da mão-de-obra das comunidades da Serra para as novas atividades na Costa, e, portanto, a reprodução agora da força de trabalho não se dá ao nível das comunidades mas ao nível das localizações produtivas da Costa. Ainda que como *indivíduos*, a burguesia fosse formada inclusive pelos “gamonales”, o circuito de reprodução da nova atividade é distinto, o que lhe dará características de uma classe social distinta.

Esse duplo movimento, em que existe a necessidade de injeção de capital e a necessidade de um novo Estado e de uma nova instância mediadora entre a mão-de-obra e os recursos naturais por explorar, cria a burguesia peruana, comumente chamada pelos estudiosos de “aristocracia criolla”. Apesar de que o movimento mais geral do novo modo de produção continua a ser comandado pelas leis

de relação que mantém com o capitalismo europeu em ascensão, particularmente ele cria a possibilidade de retenção de uma parcela do excedente gerado pelas novas atividades em mãos da burguesia nativa emergente, parcela esta que ela retém em virtude de sua função mediadora entre as necessidades das metrópoles capitalistas, expressas na produção das matérias-primas, e a mão-de-obra local. Esta parcela de excedente se decompõe em lucros derivados da intermediação do capital e lucros derivados da exploração do trabalho.

A burguesia peruana experimenta um intenso processo de crescimento. Estimativas realizadas dão conta de que entre os anos 1840 e 1880 “exportaram-se mais de dez milhões de toneladas de guano que alcançaram, a preços de mercado, uns seiscentos milhões de dólares.”<sup>10</sup> Parte dessa formidável massa de recursos foi retida no Peru, formando os fundos de acumulação da burguesia nativa. No mesmo período, duas outras produções vão crescer — a partir de níveis modestos no período colonial — no Peru, completando sua inserção na divisão internacional do trabalho como produtor de matérias-primas e bens de consumo não duráveis. É o caso das produções de algodão e açúcar. Essas produções expressam de novo necessidades da expansão capitalista nos países centrais. Sua instalação de novo se dá na Costa e, em parte por essa razão, do ponto de vista da organização da produção, ela vai reproduzir o esquema básico da implantação da exploração do guano e do salitre. De novo inexistem forças produtivas capazes de realizar a nova produção (o algodão já era trabalhado pelos Incas, mas a cana-de-açúcar lhes era totalmente desconhecida) e de novo não pode ser a comunidade indígena a base para a implantação das novas produções; com isso, reforça-se o papel da burguesia peruana como a instância capaz de articular os fatores da produção. Aqui, já comparece a burguesia peruana como o sócio mais eficaz e em pé de igualdade com o capital estrangeiro que busca as novas produções e que, nesse momento, não apenas compra as mercadorias, mas investe no próprio Peru, ao lado da burguesia local, como produtor.<sup>11</sup>

Qual o papel que jogam nesse contexto as “haciendas” da Serra? Em primeiro lugar, a Serra é também fornecedor de mão-de-obra para as novas produções, papel que é resumido pelos estudiosos do Peru na famosa frase das “haciendas de ganado humano”. Em segundo lugar, a Serra vai ser a fornecedora dos excedentes alimentares para o consumo das populações da Costa, incrementadas pelas atividades do guano, do salitre, do algodão e do açúcar. Aqui é possível encontrar-se novamente uma simbiose entre o novo modo de produção que se implanta e a organização social que fornece a

mão-de-obra e os excedentes alimentares. Com a transferência das populações para a Costa, como mão-de-obra das novas atividades, não se altera o consumo "per capita" das populações trabalhadoras, a não ser especificamente naqueles itens que podiam ser fornecidas pelas próprias novas atividades: o consumo de tecidos, por exemplo, e o consumo de açúcar. Os demais itens que compõem o custo de reprodução da força de trabalho podem ser fornecidos pela Serra, com um fraco incremento de demanda que pode ser satisfeito pelo esquema de reprodução das comunidades, à maneira do "sistema de produção colonial": basta fazer crescer a área plantada na Serra, com a mesma proporcionalidade de terra e mão-de-obra para fazer crescer a produção, quando a demanda cresce. O excedente dessa produção, antes apropriado pelo Estado Incaico, será agora desviado para a Costa, tendo como agente intermediário o "gamonal". Passada a fase de saque da Conquista, as comunidades indígenas vão se refazendo lentamente, agora sob o controle dos "gamonales" que lhes roubam as terras, intermediam e apropriam o excedente produzido pelas comunidades, e restauram o modo peculiar de crescimento demográfico do "modo de produção asiático". Em termos técnicos, a elasticidade-renda da demanda de alimentos, lã e outros artigos produzidos pela Serra e demandados pela população trabalhadora da Costa, é a mesma. Porisso, tanto a estrutura de produção como a estrutura de poder e propriedade na Serra, em poucas palavras o "gamonalismo", podem responder ao deslocamento da demanda para a Costa e mesmo aos fracos incrementos dessa demanda. Simplesmente uma nova porção de terras e uma nova fração de trabalho na Serra podem satisfazer à demanda das populações da Costa. Essa simbiose se dá pois, mantendo intocadas a organização da produção, a estrutura de poder e de propriedade na Serra, fenômeno que vai dar lugar às interpretações posteriores do "dualismo".

A simbiose não se dá sem atritos; ela é harmônica do ponto de vista do modo de produção como um todo, mas nem porisso deixa de ensejar processos ou regiões particulares de contradições. É possível anotar uma primeira contradição entre o papel de fornecedor de "gado humano" das "haciendas" da Serra e as necessidades de mão-de-obra das novas atividades da Costa. Aparte as considerações sobre rigidezas específicas que existem em qualquer processo de mobilidade social, resta considerar como relevante a questão central de que, em algum momento, as necessidades de mão-de-obra da Costa podem ter requerido volumes de mão-de-obra que, sugados da Serra, dariam por terra com toda a estrutura de intermediação "gamonal". Nesse momento, mais que a oposição entre setores "feudais" e setores "moder-

nos”, apresenta-se uma contradição ao nível do modo de produção como um todo: o preço que as novas atividades na Costa devem pagar para que a Serra desempenhe no modo de produção periférico seu papel de fornecedor de mão-de-obra e de excedentes alimentares, para manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho na Costa, é precisamente preservar-lhe o possível caráter “arcaico”, isto é, as relações de produção consubstanciadas no “gamonalismo”. Ao invés de retirar mão-de-obra nos volumes que destruiriam o gamonalismo, as atividades da Costa preferem importar mão-de-obra, o que é feito através da imigração chinesa, dos “coolies”, que vão fornecer parte do “exército industrial de reserva” para as novas atividades produtivas na Costa. Em síntese, uma vez mais, a estruturação que vai tomar o modo de produção como um todo será determinada mais especificamente pela impossibilidade de reconstruir a outro nível de forças produtivas, a produção de excedentes alimentares destinados às cidades e atividades da Costa. Impossibilidade que se deriva preponderantemente do fato da não-necessidade de capitalizar um setor cujas virtualidades de crescimento residiam precisamente no seu caráter não-capitalístico e do fato de que a simples deslocação da mão-de-obra para a Costa não havia alterado os níveis de vida e portanto os custos de reprodução da força de trabalho na Costa; qualquer alteração na estrutura produtiva da Serra que levasse a substituir trabalho por capital não tinha correspondência com a elevação do custo de reprodução da força de trabalho na Costa, e, portanto, estaria fadada ao fracasso. O sistema como um todo resolve a contradição entre necessidades de mão-de-obra na Costa e o volume que a Serra poderia fornecer, através do recurso à imigração, que iria manter os mesmos baixos padrões de reprodução da força de trabalho na Costa.<sup>1 2</sup> Não há aqui, como em nenhuma outra parte, oposição entre setores “feudais” e setores “modernos”, que dêem lugar ao dualismo.

O capitalismo periférico não corresponde a um esquema de reprodução simples e, sem embargo, é possível anotar a evidência histórica de que tanto no Peru, como em outros países da América Latina, à produção de matérias-primas para o mercado mundial não se segue imediatamente um processo de industrialização. O “boom” de exportações peruanas, com o guano e o salitre em primeiro lugar e posteriormente o açúcar e o algodão, geram um volume de excedente, em parte apropriado pelo Exterior e em parte apropriado pela burguesia peruana, que ao longo do tempo vai sedimentando-se de tal forma a tornar-se, para a maioria dos estudiosos, base econômica de uma “oligarquia”. Qual é a razão pela qual o modo de produção capitalista na periferia não consegue ultrapassar a submissão imperialista?

A maioria das análises sobre as condições concretas do capitalismo periférico encontra na chamada “estreiteza do mercado” a razão pela qual as economias latino-americanas e nestas a peruana, não ingressam imediatamente na fase industrial, mantendo-se durante um século, aproximadamente, atadas a uma divisão social do trabalho que não incorpora a indústria. Exacerbando o argumento, esse tipo de análise vê a criação de um mercado restrito às classes de rendas altas, em etapas posteriores, como propício à implantação das indústrias “dinâmicas”, e finaliza com a restauração do “dualismo”, que dessa vez incorpora ao setor “atrasado”, além do campo, as indústrias chamadas “tradicionalistas”. A industrialização se dá, pois, nestas condições, impulsionada por um mercado restrito e viabilizada por crises cambiais que induzem à substituição de importações. Há demasiado mecanicismo nesse tipo de interpretação, que se esquece do fator principal que leva à industrialização.

As evidências da política econômica do Peru — como de resto em outros países latino-americanos — parecem respaldar seriamente o tipo de interpretação anterior. De fato, a política econômica batizada no Peru como “liberalismo criollo”, que centrava todas as suas preocupações na manutenção das condições para a reprodução das atividades agro-exportadoras, parece ter obstaculizado a industrialização. Ora, tanto histórica como estruturalmente, a industrialização ocorre nos países capitalistas centrais *principalmente* como resposta a alterações na relação entre o custo de reprodução da força de trabalho e a taxa de reprodução do capital. A diferenciação do consumo é, apenas, um aspecto dessa relação, e podem-se encontrar exemplos à mancheias de consumos das classes proprietárias na América Latina que não conduziram à industrialização via substituição de importações, ainda que esses consumos fossem os mais sofisticados. O consumo das classes proprietárias dos meios de produção é evidentemente uma fração da mais-valia ou do excedente e se altera quando há uma alteração na relação custo de reprodução da força de trabalho/taxa de reprodução do capital, que pode variar para cima ou para baixo, aumentando ou diminuindo o excedente; quando ela se altera favoravelmente à taxa de reprodução, produzindo um volume maior de excedente relativo ou absoluto, e conseqüentemente uma fração maior ou menor destinada ao consumo das classes proprietárias, pode conseqüentemente induzir à industrialização dos bens consumidos pelas classes proprietárias.

Assim, é possível ver que no Peru a manutenção do mesmo padrão global do custo de reprodução da força de trabalho (média dos custos de reprodução da força de trabalho nas atividades da Costa e nas atividades da Serra), não poderia conduzir à industrialização

senão marginalmente naqueles ramos da produção necessários para a composição da “cesta básica de consumo” da força de trabalho. Não é por outra razão que a industrialização começa exatamente pelos ramos “tradicionais” (têxteis, calçados, produtos alimentares) que abrange apenas a força de trabalho que começava a ser utilizada nas novas atividades da Costa. Essa industrialização, cujo *mecanismo* é a substituição de importações significava, no fundo, uma opção entre manter o consumo financiado pelas importações, isto é, pago por divisas ou fabricar internamente: a escolha da segunda alternativa é apenas secundariamente uma questão cambial, pois sua razão essencial consiste em não afetar desfavoravelmente a taxa de reprodução do capital, cuja forma de valor (as divisas) deveria ser preservada para os fins da acumulação das próprias atividades agro-exportadoras. O não-alargamento desse mercado, estreito sem dúvida, em direção à Serra, reflete de outro lado o fato de que ali não se havia alterado a relação básica e que, portanto, a forma e o tipo de acumulação não se haviam alterado. A conclusão mais geral que se pode tirar desse quadro é a de que o capitalismo periférico não tem, em si mesmo, as condições para superar-se, se não se altera, em primeiro lugar, a relação básica entre o custo de reprodução da força de trabalho e a taxa de reprodução do capital e, em segundo, a própria relação que mantém com o capitalismo central; em outras palavras, se não se altera a forma de produção do valor da agro-exportação.

O “liberalismo criollo” era, portanto, *do ponto de vista da reprodução geral*, a política econômica mais coerente. Neste sentido, a simbiose entre as novas atividades da Costa e as atividades da Serra constituía-se harmonicamente em torno da taxa adequada de reprodução do capital. Em termos do esquema da reprodução ampliada, é possível verificar-se que é a debilidade das relações entre o Departamento I (produção de bens de capital) e o Departamento II (produção de bens de consumo, isto é, custo de reprodução da força de trabalho) que responde pelo fato da debilidade geral do crescimento econômico e pelo não aparecimento das condições para a industrialização. Nas condições gerais descritas, o excedente reinvertível dirige-se, de um lado, para o Exterior, na forma de lucros das empresas estrangeiras e na forma da deterioração dos termos de intercâmbio, e de outro, é retido internamente seja na ampliação das novas atividades de exportação, seja *na formação dos esquemas de sustentação da política econômica do “liberalismo criollo” (sustentação do câmbio, formação do sistema bancário)* necessárias para a preservação da forma de valor (divisas) adequada para a reprodução do capital. O importante a reter dessa discussão é que a industrialização não é um

mero estágio sequencial do sistema econômico, que deve seguir-se à uma etapa agrícola, mas uma forma da divisão social do trabalho que emerge basicamente a partir de transformações no custo de reprodução da força de trabalho e de sua relação com a taxa de reprodução do capital e a partir de transformações na divisão da mais-valia, gerando circuitos distintos de reprodução do capital; quando não há mudanças nessas relações não há condições para a industrialização.

### 3. A CRISE DO “LIBERALISMO CRIOLLO”: A ECONOMIA PERUANA NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS

Em passagem anterior, chamou-se a atenção para o fato de que o capitalismo periférico não corresponde, de forma alguma, a um esquema de reprodução simples. Significa isto dizer que o excedente reinvertível gerado pela economia peruana situava-se sempre acima dos volumes meramente necessários para repôr a produção do capital sempre no mesmo nível; histórica e empiricamente é possível demonstrar-se que apenas a utilização do excedente é que destinava-se, sempre, durante todo o período conhecido como “liberalismo criollo”, *seja a manter* as condições propícias para as atividades exportadoras, *seja para a ampliação* dessas mesmas atividades, em outros campos e outros produtos. Uma das utilizações mais freqüentes do excedente gerado pela economia peruana, conforme já se ressaltou, constituía-se *na formação de fundos capazes de manter taxas de câmbio adequadas para as atividades exportadoras*, o que freqüentemente implicava em não transformar a poupança em ativos fixos mas em ativos financeiros; isto não apenas significava *consumo* do excedente para manter a agro-exportação, mas bloqueio do financiamento da formação interna do capital.

A própria seqüência do capitalismo periférico, com o permanente alargamento das atividades exportadoras, começava a gerar outras condições dentro da economia peruana, cujo sinal mais evidente apresentava-se com o crescimento das frações urbanas da força de trabalho. Este crescimento da força de trabalho, se reflete, por exemplo, no fato de que entre 1940 e 1961 Lima tenha experimentado uma triplicação de sua população, alcançando no último ano mais de um milhão e meio de habitantes; o movimento de urbanização expressava-se também no fato de que os centros com mais de 50 mil pessoas, de 11% da população em 1940 passaram para 23% em 1961.<sup>13</sup> O crescimento populacional urbano que se expressa pelos números e proporções acima, não reflete, inteiramente, conforme uma interpretação corrente na América Latina, incapacidade de retenção da população e da força

de trabalho nas “haciendas” da Serra nem muito menos vai gerar apenas marginalidade urbana, pela insuficiência da geração de novos empregos industriais nas cidades. Antes, o crescimento da população e da força de trabalho nas cidades reflete uma forma peculiar de acumulação industrial e nos serviços, que se baseia na abundância de mão-de-obra e na baixa capitalização do setor Terciário, dando lugar a uma “acumulação primitiva” cuja função no sistema econômico como um todo é liberar todo o potencial de acumulação propriamente capitalístico para a utilização pelo setor de exportação e pelo setor industrial que resulta da própria exportação; o crescimento horizontal dos serviços, pobremente capitalizados, é uma forma de resolução da contradição entre os volumes do fundo de acumulação e a necessidade de absorção dos serviços como etapa da divisão social do trabalho coetânea com as atividades de exportação e de indústrias derivadas.<sup>14</sup>

Em outras palavras, o próprio crescimento das atividades exportadoras começava a desequilibrar a relação básica entre custo de reprodução da força de trabalho e a taxa de reprodução do capital, de um lado, e do outro, a distribuição da mais-valia entre lucro industrial e ativos financeiros para sustentar a exportação. Esse desequilíbrio significava que as necessidades da acumulação interna sobretudo no que respeita à acumulação industrial destinada às produções para o mercado interno, começavam a ser maiores e mais urgentes que as necessidades da acumulação para as atividades exportadoras. Por volta de 1940, essa contradição entre a política “liberal criolla”, que se preocupava em manter a adequação entre o volume do excedente gerado e a reprodução das atividades de exportação, e as necessidades da acumulação para os setores de mercado interno, sobe à tona e termina por impor-se, parcialmente, no primeiro governo formado a partir de uma coalizão entre os interesses das classes burguesas industriais urbanas e as amplas massas de trabalhadores e classe média, representadas pelo Partido Aprista; sob o governo Bustamante, tomam-se as primeiras medidas que significavam sustentar o processo de industrialização, as quais necessariamente colocavam-se em contradição com os interesses da chamada “oligarquia exportadora”. A brevidade do governo Bustamante não foi suficiente para fundamentar em medidas objetivas os novos interesses emergentes, e a volta à prática “liberal criolla” tinha o significado de continuar privilegiando-se a forma de reprodução do capital ligado às atividades exportadoras.

Na década de cinqüenta, começa a gestar-se uma importante modificação na economia peruana. A emergência das atividades ligadas à exploração da pesca no Peru, que rapidamente coloca o país na



cabeceira dos produtores mundiais de farinha e óleo de peixe, tem um significado contraditório. De um lado, a expansão da exportação desses novos bens, desafoga o balanço de pagamentos do país, restaurando em parte as condições de manutenção das práticas do “liberalismo criollo”: na esteira dos novos interesses ligados à pesca, o incremento da massa de valor das exportações contribui para manter uma política cambial de corte liberal e as mesmas relações entre o volume do excedente reinvertível e a taxa de reprodução do capital das atividades exportadoras; de outro lado, o próprio crescimento das atividades da pesca contribui para desestabilizar a relação entre custo de reprodução da força de trabalho urbana e a taxa de reprodução do capital das atividades internas já que a nova exportação cria, em seu próprio seio, a indústria de transformação: farinha e óleo de peixe, emergindo com nova força o chamado mercado interno. Nas palavras de Julio Cotler, por exemplo, “. . . Chimbote de una caleta de pescadores de 5.000 habitantes como era a mediados de la década del cincuenta, diez años después llegaría a los 100.000 habitantes”<sup>15</sup>, dá uma idéia do processo de urbanização gerado pela nova atividade industrial-exportadora. Apesar das práticas “liberales criollas”, a desestabilização da relação básica entre custo de reprodução da força de trabalho e taxa de reprodução do capital tem suas exigências, criando o mercado interno: já nos últimos anos da década de cinquenta mais de 80% da oferta interna de bens de consumo não duráveis dos ramos “bebidas”, “alimentos”, “têxteis”, “calçados”, “confecções”, “móveis”, “produtos da indústria gráfica”, “couro”, “petróleo” e “minerais não-metálicos”, já era de produção interna.<sup>16</sup> Começava a ser mais importante a parte da mais-valia cuja forma é o lucro industrial que a outra parte que tomava a forma de ativos financeiros destinados a estabilizar a forma de valor — divisas — das atividades exportadoras.

O avanço da produção interna sobre a oferta de bens não-duráveis de consumo significava que a produção interna contribuía para uma melhor realização da taxa de lucro global do sistema que a alternativa de continuar importando a maior parte dos bens consumidos pelas classes trabalhadoras. As divisas são preservadas para a importação dos bens intermediários e de capital que a economia não produzia, importação necessária para a ampliação das próprias atividades dedicadas à exportação. Nesta passagem, aparece, pela primeira vez, de uma forma incontornável, a contradição entre a manutenção de uma política de corte liberal e as necessidades do processo de acumulação em termos globais. O período todo é marcado pelas tentativas de conciliar as duas classes de interesses, mantendo-se basicamente a orientação livre-cambista em matéria de câmbio e moe-

da, mas fazendo-se gradualmente concessões que implicavam em proteção à indústria dedicada à produção para o mercado interno. As primeiras medidas efetivas em termos de legislação alfandegária se expressam na legislação de tarifas de 1957 e medidas outras de fomento, tais como isenções tributárias e crédito industrial, são implementadas. Sem embargo, muito da efetividade dessas medidas são parcialmente anuladas pelo enorme afluxo de divisas representado pelas exportações dos derivados da anchoveta, ao ponto de que em 1967 era possível anotar-se até mesmo um certo retrocesso em relação às proporções da produção interna sobre a oferta interna de bens. Em ramos tais como “alimentos”, “gráficas”, “borracha”, “petróleo”, “equipamentos de transporte” e “diversas”, a proporção da produção interna sobre a oferta total acusa visíveis retrocessos em relação a 1958, e a média global da produção interna sobre a oferta global chega a decair um ponto, passando de 69% para 67,6%.<sup>17</sup>

O período dos últimos quarenta anos é marcado por avanços e recuos na incorporação, pela economia peruana, da etapa da divisão social do trabalho que tem na indústria seu cerne e seu motor. Ele ilustra as dificuldades que se antepõem ao capitalismo periférico que permanentemente produz um excedente e cuja reprodução das mesmas atividades exportadoras, que lhe dão sua marca específica, termina por conduzir a um impasse, marcado pela contradição entre as necessidades da acumulação para a produção interna e a manutenção das formas pelas quais se realiza a acumulação das atividades ligadas à exportação. Este problema, que em outras nações latino-americanas levou à predominância das necessidades da acumulação da produção interna desde a última guerra mundial, viabilizado pelas crises cambiais recorrentes, no Peru foi contornado nos últimos quarenta anos em virtude de intermitentes “booms” de exportação, o último dos quais ligados à exportação dos derivados da pesca da anchoveta, que terminaram por produzir amplo desafogo cambial e a possibilidade de conciliar os interesses dos grupos e classes sociais representativos dos dois tipos de atividades; em última análise, o incremento do ingresso de divisas, que é a forma de realização do valor das atividades ligadas à exportação, propiciou a manutenção dos privilégios para a acumulação das atividades de exportação ao mesmo tempo que permitiu o crescimento das atividades voltadas para o mercado interno, pela importação dos bens intermediários e de capital. Entretanto o final da década dos sessenta indicava já de uma forma muito clara que essa possibilidade de conciliação estava em seus limites, com a desaceleração dos incrementos das exportações; manter a política do tipo “liberal criolla” nestas condições começou a significar, em termos

muito concretos, uma situação desfavorável à acumulação das atividades ligadas ao mercado interno, quer seja pelo grau de abertura e conseqüente desproteção às indústrias internas que estava implícita numa política cambial supervalorizada e graus de proteção alfandegários insuficientes, quer seja *pela destinação que o sistema financeiro como um todo, dominado pela coligação dos interesses exportadores*, dava ao excedente global da economia. Durante o período, o Estado comportou-se tentando conciliar os interesses das classes e grupos empresariais em pugna, podendo dizer-se que, sem embargo, os grupos exportadores sempre conseguiram fazer prevalecer seus interesses específicos, no que respeita, por exemplo, à política de câmbio e monetária; entretanto, atendendo aos interesses criados pela ampliação do mercado interno, o Estado tentou elevar seus gastos correntes e de investimento, na criação dos serviços de infra-estrutura, com o que punha irremediavelmente em cheque as próprias bases da política ortodoxamente liberal de sustentação das atividades de exportação, produzindo uma inflação interna dificilmente compatível com a estabilidade cambial e monetária.

Nestas condições, o “liberalismo criollo” peruano entrava irremediavelmente em crise, defasada, aliás, pelo fato de que o “boom” de exportações pesqueiras havia produzido um desafogo nas contas externas da economia, o que permitiu conciliar os interesses da reprodução do capital tanto das atividades econômicas de realização externa quanto das de realização interna. O período que se abre com o movimento militar de 1968 é não apenas recente para estudar-se seu desdobramento, mas sobretudo complexo devido à convergência e à superposição de interesses e ideologias muito distintas e, não raro, conflitantes entre si. Mas, apesar do risco de uma definição apressada, sem dúvida nenhuma o novo período é característico tanto das novas formas de reprodução do capital quanto do estatuto da economia peruana na divisão internacional do trabalho do capitalismo monopolista da segunda metade do século XX. O papel do Estado nessa nova configuração está longe de ser inteiramente compreendido e nem sequer a relativa autonomia das Forças Armadas na condução do processo poder ser avaliada; entretanto, a própria recusa do Movimento Militar e da chamada Revolução Peruana em enquadrar-se no “modelo” capitalista mostra, de um lado, que o movimento de renovação da sociedade peruana, ao realizar-se numa etapa em que os vícios do capitalismo monopolista sob a égide das chamadas empresas “multinacionais” estão claramente à mostra, potencialmente pode não reconstituir o logro da chamada “industrialização” latino-americana dos últimos trinta anos. De outro lado, ao recusar sua identificação

com o socialismo, a Revolução Peruana mostra, também, a fraqueza das forças de esquerda no processo, ao mesmo tempo que a força dos interesses da reprodução do novo capital ligado à realização interna das mercadorias. O compromisso precário, em que a unidade das Forças Armadas é o árbitro, em direção a um novo e indefinido sistema social de produção é, ao mesmo tempo, o fascínio e o enigma da sociedade peruana atual.

## NOTAS

\* Este ensaio foi preparado como introdução para o estudo do processo de integração econômica conhecido como Pacto Andino, de que o Peru é parte importante. O referido estudo não chegou a completar-se, por razões que não vêm ao caso; sua introdução, elaborada desde 1971, é publicada agora como ensaio destinado a um público como o brasileiro, que desconhece virtualmente as origens do Movimento Militar peruano de 1968. Para o próprio público peruano, e principalmente para os estudiosos da história econômica e social do Peru, este ensaio não apresenta nenhuma novidade, nem tem a pretensão de dar uma nova contribuição; ao contrário, reconhece o autor a insuficiência deste trabalho para públicos mais especializados. Quero agradecer, no entanto, as longas conversas que tive principalmente com Julio Cotler, em Lima, que muito me ajudaram no entendimento da sociedade peruana. A Juarez Rubens Brandão Lopes, meu colega do CEBRAP, agradeço suas críticas e reparos feitos quanto à imprecisão de alguns fatos históricos importantes para a confecção do ensaio, além da utilização do seu conhecimento sobre a própria história peruana.

- (1) Roger Bartra, *El modo de producción asiático*. Ediciones Era. México, 1969. pag. 15.
- (2) Karl Marx, *El Capital*, tomo I, pp. 290-292. Fondo de Cultura Económica. México, 1959.
- (3) John Stuart Mill situaria muito bem a contradição do “modo de produção asiático”: “Bajo tal regimen, si bien la masa de la población tiene menos de lo necesario, el gobierno, cobrando pequeñas contribuciones a grandes multitudes, puede, con una administración tolerable, hacer una ostentación de riqueza totalmente desproporcionada a la situación general de la sociedad . . .” in *Principios de Economía Política*, citado por Roger Bartra, op.cit.
- (4) Karl Marx, *Formas de propiedad precapitalistas*, citado por Bartra, op. cit.
- (5) Fernando Fuenzalida Vollmar, “Poder, Etnia y Estratificación Social en el Peru Rural”, in *Peru: Hoy*. Siglo XXI Editores, México, 1971.
- (6) Engels já havia anotado essa simbiose: “. . . sobre la base de la antigua sociedad comunista organizaron los holandeses la producción bajo el control del Estado y aseguraron al pueblo lo que ellos consideraban una existencia harto cómoda (. . .) es una prueba de cómo el comunismo primitivo proporciona hoy, allí lo mismo que en la India y Rusia, la más admirable y amplia base de explotación y despotismo . . .”. Carta de F. Engels a Kautsky, del 16 de febrero de 1884, in Karl Marx y F. Engels, *Sobre el sistema colonial del capitalismo*, pg. 371, citado por Bartra, op.cit.
- (7) John V. Murra, “La estructura política Inca”, in Bartra, op.cit.

- (8) Ver Juarez Rubens Brandão Lopes, "Desenvolvimento e emprego no Peru", in *Emprego e Força de Trabalho na América Latina*, CEBRAP, edição mimeografada, São Paulo, 1971.
- (9) "Pero a raíz del boom guanero y salitrero se dio la posibilidad de la emergencia de un nuevo sector de la burguesía, en el que se combinaban elementos provenientes de la aristocracia terrateniente colonial con sectores interesados en las actividades comerciales." Julio Cotler, "Crisis Política y Populismo Militar", in *Peru: Hoy*, op.cit. pag. 93.
- (10) Ver Juarez Rubens Brandão Lopes, op.cit. com base em Jonathan Levin, "Peru in the Guano Age", in *The Export Economies*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1960.
- (11) "La expansión de la producción cañera significó una considerable concentración de tierras con la consiguiente eliminación de la aristocracia provinciana, de medianos y pequeños propietarios, y de un importante grupo de comerciantes que se había desarrollado al calor de la expansión regional. Las formas arcaicas de producción fueron eliminadas, así como las comunidades campesinas de las zonas serranas alledañas, cuyas tierras fueron incorporadas por las plantaciones para ser dedicadas a proveer alimentos a la nueva población trabajadora. (...) La antigua burguesía nativa se hizo presente en estos cambios (...) pero sometiendo al financiamiento y comercialización de las firmas británicas y luego norteamericanas ..." Julio Cotler, op.cit. pags. 95/96.
- (12) Uma outra solução de incrementar-se a força de trabalho, seria o recurso à escravidão, utilizado largamente em outros espaços da América Latina. No Peru a escravidão e a importação de escravos da África chegou a ser utilizada, mas numa escala que não permite a caracterização do sistema de produção como escravocrata. Em outros espaços da América Latina a escravidão foi o recurso de que se lançou mão devido à inexistência local de mão-de-obra, ou devido ao baixo nível produtivo da população autóctone. No Peru, ao contrário, na etapa de acumulação primitiva tanto os estoques de população quanto à forma social do Estado Incaico, permitiram a realização da "acumulação primitiva" sem o recurso à escravidão. Já no período da submissão imperialista, as vantagens do trabalho livre *na produção para a exportação* eram nítidas, enquanto o "gamonalismo" se encarregava da produção de realização interna.
- (13) Ver Juarez Rubens Brandão Lopes, op.cit., pag. 112.
- (14) Uma aplicação mais rigorosa e detalhada desses postulados encontra-se em Francisco de Oliveira, "A economia brasileira: crítica à razão dualista", in *Estudos 2*, CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências, São Paulo, Outubro de 1972.
- (15) Ver Julio Cotler, op.cit. pag. 109.
- (16) Cf. Juarez Rubens Brandão Lopes, op.cit. com base em dados da Dirección General de Industrias - Departamentos de Estudios Setoriales. Quadro I, pag. 116.
- (17) Ver Juarez R. Brandão Lopes, op.cit., Quadro I.